

Arpão, Redes e Trabalhadores ao Mar: prática baleeira na Paraíba

Érika Catarina de Melo Alves^a

Resumo: Este trabalho apresenta os processos sociais que envolvem as atividades pesqueiras no município de Lucena, litoral paraibano. Para tanto, coloco em relevo alguns períodos socio-históricos que conformaram os ofícios dos trabalhadores que lidam com os recursos marítimos ali existentes. Neste cenário, a predação de baleias e a pesca artesanal se apresentaram como atividades sazonais e quase que complementares por muitos anos. Os trabalhadores que se lançaram ao mar e os que ficavam em terra, cortando e retalhando os cetáceos em Costinha, lidaram com moldes operantes que rearranjaram as relações sociais naquele contexto. Uma análise do auge e o declínio da atividade baleeira podem apontar como determinados processos econômicos atravessam e marcam trajetórias dos grupos humanos envolvidos. A divisão do trabalho e os processos técnicos apreendidos pela indústria baleeira conformaram em certa medida identidades e múltiplas retóricas sociais.

Palavras Chaves: Processos Sociais. Atividade baleeira. Pesca Artesanal.

Introdução

Desde sua fundação, Lucena, município costeiro da Paraíba,

^a Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ). Doutoranda de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade pela UFRRJ. Email: erikacmalves@gmail.com.
ORCID: <http://orcid.org/0000-0002-0883-681X>

se caracterizou pela presença de vilas de pequenos agricultores rurais e pescadores artesanais que retiram do mar o sustento diário de suas famílias. O modo de vida de subsistência daqueles moradores serviu de mão-de-obra para os canaviais interpostos nos limites com o município de Santa Rita, como também na lida com o mercado da predação de cetáceos que ali se instalou nas primeiras décadas do século XX. Assim sendo, cabe anotar que ao analisar determinados lugares marcados por uma história de predação natural é preciso atentar para as metáforas dos processos de acumulação e espoliação do meio ambiente, como as relações entre humanos e não-humanos, como também a ideia de domesticação e caça que perpassam esses contextos sociais. Em outras palavras, não há, portanto, a existência de uma única relação, mas uma pluralidade de experimentações da própria Natureza, que por vezes se transpõe de maneiras antagônicas. Os sistemas cognitivos que perpassam os diversos exercícios epistemológicos e filosóficos sobre a interação/separação Homem e Natureza podem ser entendidos como modelos de demarcação de campos de pensamentos bastante reflexivos. Nesta perspectiva, este trabalho pretende colocar em relevo as percepções desses sujeitos sobre o ambiente, os conflitos, os saberes e seus respectivos arranjos técnicos.

Contudo, é preciso anotar que os investimentos e os interesses do capital estrangeiro, vindos da indústria baleeira, causaram profundos impactos nos moldes de vida e nas relações humanas e não humanas no lócus da pesquisa até sua total proibição pela legislação nacional em meados da década de 1980. Deste modo, é propositivo atentar os valores capitalistas existentes nestas interações, pois estes apontam as ideias de dominação¹ e até mesmo de emancipação².

A etnografia realizada com os pescadores das colônias localizadas no município de Lucena apresentou um panorama onde é possível delinear o modo pelo qual estes atores operam contrastes políticos, tanto pelo ofício de pescador como também em representações de sinais diacríticos da identidade étnica. No entanto, neste artigo não iremos nos debruçar sobre tais processos étnicos, embora estes estejam relativamente

delineados pelos processos históricos envolvidos com a caça à baleia. A escolha de análise aqui apresentada, pretende realizar uma reflexão sobre os dados bibliográficos e sobre os discursos proferidos pelos interlocutores da pesquisa, pois são estes sujeitos que vivenciaram os moldes de produção e predação da indústria baleeira. Os pescadores que habitam nas áreas costeiras de Lucena sobrevivem atualmente da pesca de arrasto, marisco e de jangadas. A atividade da pesca artesanal e a organização familiar têm construído naquele cenário, distintas maneiras nas relações sociais e materiais ali presentes. Nesse sentido, coloco como análise a caça da baleia como fenômeno que inseriu novas técnicas de pesca, abate e conservação do pescado no “meio de vida” dos pescadores que vivenciaram este mercado em seus anos mais produtivos e no seu declínio. Para tanto, a fim de entender tais processos sociais que envolvem os sujeitos da pesquisa, descreveremos a seguir os contextos da prática baleeira, tanto nos seus primeiros anos de atividade, quanto prosseguido por sua ascensão e queda.

Auge e declínio

Não há registro da caça da baleia no período colonial no litoral paraibano, mas a atividade mercantil da captura de cetáceos nas águas brasileiras fora regulamentada no decorrer dos séculos XVII e XVIII. Considerado como “peixe-real”, a baleia se transformou em proteína exclusiva da Coroa portuguesa que, aliás, controlava o arrendamento periódico da pesca a particulares interessados na sua exploração. Deste modo, variadas armações baleeiras, inicialmente construídas no Recôncavo Baiano, expandiram-se por outras localidades do território nacional.

Uma dessas feitorias estabeleceu-se na cidade do Rio de Janeiro, na metade do século XVII, a Armação de São Domingos, e em outros núcleos nas localidades de Cabo Frio e Ilha Grande. No Estado de São Paulo ergueram-se outras armações localizadas em Ilhabela, Bertioga, Santos e Cananéia. No litoral catarinense, por volta de 1740, surgiu o

primeiro núcleo baleeiro na Ilha de Santa Catarina, a Armação de Nossa Senhora da Piedade. Em 1772, inaugura-se a Armação de Sant'ana de Lagoinha. Já no século XX, as estações de caça à baleia concentraram-se em Imbituba (Santa Catarina), Cabo Frio (Rio de Janeiro) e Costinha (Paraíba), sendo esta última a maior de todas elas.

Em 1911, a atividade baleeira se iniciou na Paraíba por meio de investimentos noruegueses. A instalação de abate foi instalada no distrito de Costinha, cidade de Lucena, e tinha como principal objetivo naquele momento adquirir o óleo *in natura* dos cetáceos. Eram capturadas espécies como a *Balaenoptera bonariensis* (Minke), a *Megaptera novaeangliae* (Jubarte), a *Physeter macrocephalus* (Cachalote) e a *Balaenoptera borealis* (Baleia-sei ou Baleia Espadarte). A empresa foi abrigada por Samuel Galvão e em 1957, o empreendimento enfrentou dificuldades financeiras. Sob o nome de Companhia de Pesca Norte do Brasil (COPESBRA) e com técnicas de caça baleeira nos moldes nórdicos, a COPESBRA possuía dois navios para a atividade em alto mar e a instalação terrestre, mas mesmo assim sofreu com a estagnação econômica, resumindo quase que completamente suas atividades comerciais neste momento na produção de um único produto industrializado, o óleo de baleia espadarte e da jubarte. As oportunidades de venda do óleo, como da farinha e dos ossos diminuem consideravelmente, muito embora ainda existisse a comercialização da carne no Brasil e a exportação de barbatanas para a França.



Fotografia 1: Sede da COPESBRA na praia de Costinha. Fonte: Museu da Baleia.

Nesse mesmo período há uma pressão internacional crescente sobre os estoques de baleias no oceano sul e na Antártica. Os navios-fábricas que dispensavam postos terrestres para o retalhamento do mamífero foram um dos principais responsáveis pelo decréscimo populacional das baleias azuis nos anos de 1920. As baleias-fin também ficaram escassas pela caça predatória naquelas zonas marítimas. Foi diante deste cenário de estoque reduzido e a pressão por legislações de conservação ambiental, que a indústria japonesa buscou aqui suas novas fronteiras para a exploração de cetáceos. A potencial caça de baleias-espadarte e baleias-minke-antárticas em águas brasileiras e a possibilidade de desenvolver uma estação baleeira já existente acabaram por seduzir os japoneses no negócio de Samuel Galvão em Lucena.

A companhia japonesa Nippon Reizo Kabushiki Kaisha, sediada em Tóquio, firmou contrato em 14 de dezembro de 1956 com a Inspetoria Regional de Caça e Pesca no Recife. Esse contrato foi importante porque trouxe o navio pesqueiro, KAIRO MARU nº13 (352

toneladas/1952) para o firmamento de alguns acordos entre o governo brasileiro e a expansão comercial japonesa no nosso litoral. Cabe anotar que foi através de uma concessão de um ano com uma autorização excepcional do Presidente da República que permitiu ao navio baleeiro em questão o aval da realização de pesquisas pesqueiras nos mares de todo o nordeste do país. Em contrapartida, o governo esperava que os dados da atividade baleeira e pesqueira empreendida pelo acordo com as companhias japonesas fornecessem os produtos da caça e da pesca em alto mar como alimentação para a população local.



Fotografia 2: Navio baleeiro em águas paraibanas. Fonte: Museu da Fundação da Fortaleza de Santa Catarina, Cabedelo-PB.

O navio KAIRO MARU nº13 retornou ao Japão no ano seguinte e foi substituído pelo AKAGI MARU (543 toneladas/1945), que chegando aqui recebeu o nome de PRESIDENTE JUSCELINO, naturalizando assim aquela embarcação com o hasteamento da bandeira brasileira, seguido do registro no Tribunal Marítimo e contendo em seu

convés uma tripulação brasileira. Segundo os pesquisadores William Edmundson e Ian Hart (2014), o contrato que firmou o negócio da Nippon Reizo à caça da baleia no Brasil, foi assinado em 9 de maio de 1959. Tratava-se em síntese de um documento contratual entre a Divisão de Caça e Pesca do Departamento Nacional da Produção Animal e a Companhia de Pesca Norte do Brasil (COPESBRA).

A primeira cláusula explicava que a COPESBRA, em colaboração com as firmas de Nippon Reizo K. K. e de sua associada Hokuyo Suisan K. K. eram autorizadas “em caráter excepcional” de trazer ao Brasil quatro navios arrendados por um período de dois anos sob termos da concessão outorgada pelo Presidente do Brasil na “Exposição de Motivos” nº523 do Ministério de Agricultura [...]. A segunda cláusula explicitou o objetivo do acordo de dois anos: A concessão tem por fim exclusivo o exercício da caça e industrialização da baleia na região Nordeste do Brasil, com navios e aparelhamentos modernos para o aumento da produção da caça e consequentemente aproveitamento dos subprodutos e da própria carne da baleia. Os processos a serem empregados na caça da baleia serão os mais modernos, constando de arremesso de arpão automático por tiro de canhão da proa do navio, não sendo permitida a aplicação de processos antiquados que redundam em morte inútil dos cetáceos. (William, Hart 2014:151).

Ainda nesse acordo comercial existiram outras cláusulas importantes que podem nos ajudar a compreender algumas questões sobre o ambiente de exploração marítima de Lucena. Naquele documento especificava que “após dois anos de atividade dos barcos [a tripulação] obrigatoriamente [será] integrada por 2/3 (dois terços) de brasileiros, sendo entregues a brasileiros o comando das embarcações e os cargos cujo preenchimento exija títulos de habilitação”(William, Hart 2014:151). Entretanto, no mesmo contrato há uma cláusula de auto exclusão, que resguardava que em “casos de força maior” as medidas não deveriam colocar em detrimento, ou mesmo prejuízo o outorgante-concessora. Nunca ocorreu de brasileiros comandarem os barcos de caça às baleias e foi nesse arranjo corporativo que a companhia japonesa se instalou por anos em Costinha.

A presença da COPESBRA com a Nippon Reizo trouxe outras lógicas de uso e espoliação dos recursos marítimos naquele ecossistema como um todo. Os especialistas japoneses identificaram que deveriam aumentar o número de baleias capturadas por dia, introduzindo novas tecnologias japonesas de ponta na estação terrestre, seguido ainda de um aperfeiçoamento da extração da carne e do óleo dando a estes produtos mais valor e qualidade perante o mercado internacional e até local. A primeira modificação foi introduzir navios mais modernos. Costinha recebeu dois navios baleeiros de bandeiras japoneses, o DAISHIN MARU N°1, que tinha como artilheiro, ou arpoador, o japonês, Minakoshi; e o DAISHIN MARU N°2 com Wilson Galvão, arpoador há muitos anos daquela região, sendo remanescente das técnicas norueguesas que atravessaram o mercado baleeiro na região desde as primeiras décadas do século XX.

Esses dois navios baleeiros modernos, ambos de 500 toneladas brutas, foram construídos num estaleiro na Noruega em 1942, e foram comprados pelo associado de Nippon Reizo, a Hokuyo Suisan K. K. de Tóquio. Cada navio

levava uma tripulação de cinco japoneses e 23 brasileiros; os últimos trabalhavam no convés e na casa de máquinas. (William, Hart 2014:151).

Kishiwada (2004) afirma que os brasileiros aprenderam rapidamente as técnicas japonesas, especialmente as que envolviam o corte e o retalhamento. Em 1959, ocorreu um aumento considerável das baleias capturadas resultando em um montante de 315 comparada a 128 da temporada anterior. Deste total, 294 eram baleias-espadarte, sendo esta espécie o foco dos empreendimentos naquele ano, e se encontrava a trinta milhas de Costinha num raio por volta de vinte milhas.

Segundo os interlocutores da pesquisa, o navio partiu do porto de Cabedelo antes de amanhecer o dia. E tinham a seguinte rotina para matar; inicialmente lançavam um arpão e com um tempo lançava um segundo que tinha uma granada na ponta. O efeito da granada fazia o animal perder muita carne, danificando o produto muitas vezes. Com a primeira baleia acostada ou amarrada ao navio, a tripulação partia em busca de outras e por volta das seis da tarde, quando o sol já estava se pondo, as atividades eram interrompidas. O navio chegava a Costinha entre dez horas da noite e meia-noite, dependendo muito da quantidade de animais que eram capturados e que por vezes alguns baleeiros relatam que iam para o mar aberto e não avistavam nenhum e voltavam sem nada. Chegando a Costinha, os animais eram arrastados por correntes e guinchos até a plataforma de corte.

Um dos grandes objetivos da empreitada nipônica em mares paraibanos era melhorar a qualidade dos produtos que saíam da fábrica, dessa forma de maneira alguma a empreitada japonesa queria utilizar a carne no processamento do óleo, posto que este compromete sua qualidade. Devido a isto, talvez Samuel Galvão encontre tanta dificuldade em comercializar o seu óleo. Para solucionar esta questão, “a empresa contratou dez trabalhadores japoneses especialistas no corte e retalhamento da baleia” (William, Hart 2014:157). Houve um intenso

processo de treinamento dos trabalhadores na região para apreender as técnicas, a ponto de diminuir consideravelmente o processo de corte dos cetáceos. Para processar uma baleia-espadarte na plataforma de corte que durava em média, antes da introdução da técnica japonesa, longas horas passaram a ter uma duração de vinte minutos, por exemplo.

Chegando à estação, baleias como jubarte, espadarte ou minke eram trazidas até o canal da lavagem para remover a areia, sangue e outros elementos. Daí elas seguiam para um tipo de controle pelas mãos dos japoneses que diziam ou não quais partes realmente seriam aproveitadas, cabendo aos funcionários brasileiros o corte que basicamente era dividido em duas grandes partes: o toucinho e a carne. Estes dois eram levados à plataforma de corte, e os ossos, pele, gordura, vísceras e cabeça ao outro lado.

Após o retalhamento do toucinho em todo o corpo da baleia, os corpos dos cetáceos eram colocados em doze autoclaves para produzir um óleo claro, considerado pelo mercado de boa qualidade. Após este processo, os trabalhadores se dedicavam à carne. Esta deveria ser manipulada de maneira rápida num prazo de 33 horas depois da morte da baleia – cabe anotar que muitas baleias chegaram até Costinha ainda com vida. A vinda de especialistas japoneses foi de grande impacto na cadeia produtiva do corte da baleia, tanto que em 1962 retornaram cinco funcionários nipônicos para o Japão, ficando em Lucena apenas dois, devido à habilidade dos funcionários brasileiros em apreender as suas técnicas.

Com métodos de trabalho melhorados, e as mudanças na infraestrutura da fábrica impostas pela nova administração entre 1958 e 1965, a empresa desfrutou de estabilidade e lucratividade. Esses benefícios se estenderam à comunidade local de Costinha e às pessoas que moravam no município mais amplo de Lucena.

O emprego de trabalhadores durante os cinco meses da temporada da caça atingiu 270 operários permanentes e temporários, embora esse número diminuísse aproximadamente em 170 pessoas na entressafra. Desses empregados, dez eram japoneses – os gerentes, administradores, e os principais engenheiros – os quais desfrutavam de um prestígio social na Paraíba que contrastava com os apuros sofridos pelos primeiros imigrantes japoneses quando chegaram ao país. Muitos deles desfrutaram de um alto padrão de vida e vários deles ficaram no Brasil depois da última baleia ser caçada em Costinha, integrando-se bem com a população local e casando-se com mulheres brasileiras. (William, Hart 2014:160).

A indústria baleeira instalada na região apresentou números relevantes, tanto na captura dos animais, como na empregabilidade e comercialização de todos os subprodutos que dali derivava. Vejamos:

Ano	Espadarte	Cachalote	Minke
1960	750	29	-
1961	957	102	-
1962	610	85	-
1963	346	42	2
1964	256	4	44
1965	149	13	68
1966	72	24	352
1967	49	20	488
1968	58	39	456
1969	56	75	617
1970	23	76	701
Total	3.326	509	2.728

Tabela 1: Tabela aferida de dados contidos pelo Museu da Baleia em Costinha, Lucena, Paraíba.

Como podemos apontar na tabela acima, ao longo da década de 1960 e início dos anos 1970, o número de capturas de baleias-espadartes e cachalotes foi reduzido. Estas duas espécies foram sendo substituídas por outra, a baleia minke. Bastante encontrada na região marítima paraibana e de fácil captura, a baleia minke se tornou alvo preferencial da gerência da COPESBRA a partir de 1965. Outro aspecto que devemos levantar aqui é que era mais lucrativo arpoar as baleias minke – mesmo sendo esta de porte pequeno – do que capturar as baleias de maior tamanho, posto que, em maior quantidade e de fácil caça a baleia minke poderia resultar em mais produtos, como o óleo e carne para a indústria local.

Naquela mesma década o navio baleeiro DAISHIN MARU N°1 fora substituído pelo KOYO MARU e a gerência japonesa contratou um novo artilheiro, Tomeichi Sakaguchi, um oficial naval veterano da Guerra do Pacífico com crédito de mais de 30 mil baleias capturadas em mares do oceano sul e águas antárticas. Entretanto, durante a década de 1970 ocorreram vários eventos no contexto internacional relacionados com a conservação das baleias. Estes fatos trouxeram enormes consequências na década seguinte no cenário brasileiro. O estabelecimento de cotas pela Comissão Baleeira Internacional (CBI) para o abate de baleias causou algumas reações na COPESBRA a partir de 1976. A introdução da exportação de iguarias congeladas de carne de baleia para o Japão envolveu uma demanda mais rigorosa com os métodos de produção. Segundo Kishiwada (2004), o congelamento da carne tinha que ser realizado no porto de Cabedelo, do outro lado do rio que perpassa entre Costinha e o Atlântico. Com a construção de seu próprio frigorífico e demais instalações de refrigeração, a COPESBRA exportava exponencialmente mais de 400 toneladas de carne em 1977, chegando a alcançar 987 toneladas em 1981. Todavia, foi a partir de 1981, que “as cotas para o Brasil foram fixadas pela SUDEPE dentro dos limites negociados com a CBI, e alinhada ao plano oficial de fornecer

uma alternativa econômica à caça de baleias, já que uma proibição parecia ser uma conclusão inevitável”(William, Hart 2014:193).

A atividade baleeira continuou até a temporada de 1985, colocando o governo em um tipo de aviso prévio sobre os efeitos da proibição da atividade e as prováveis consequências que afetaria Costinha e o município de Lucena. Em junho de 1980 foi planejado um projeto por nome Programa Alternativo para a Substituição da Caça da Baleia, que seria uma parceria entre os ministérios da Agricultura e da Marinha, e o governo estadual da Paraíba. O projeto tinha como objetivo encontrar alternativas viáveis para os pescadores e demais funcionários que ficariam desempregados com a proibição da caça das baleias em Costinha. Cabe aqui destacar que tanto os agentes governamentais como os especialistas da COPESBRA tentaram encontrar outros meios de espoliação do meio ambiente frente à expansão dos movimentos conservacionistas e da própria proibição da atividade baleeira em águas brasileiras em 1987. No entanto, estas ações não solucionaram o problema do desemprego naquela região, deixando os empregados brasileiros da COPESBRA numa situação de vulnerabilidade social.

Depois da Espoliação

Longe de ser um trabalho com temática inédita, a indústria baleeira em solo paraibano já foi analisada por historiadores como os professores Francisco Henrique Duarte Filho e José Otávio Aguiar. Estes pesquisadores escreveram variados artigos sobre o tema, dentre eles o artigo, Os Filhos do Mar: histórias da pesca da baleia a partir de depoimentos de trabalhadores remanescentes de Lucena-PB, ali a memória coletiva pode ser observada através das trajetórias de vida dos remanescentes baleeiros. Os autores destacam estas narrativas dos trabalhadores como moldes de estratégias de sobrevivência de uma população “excluída das políticas públicas, oriunda muitas vezes de condições de trabalho escravizantes” (Filho, Aguiar 2012:123). Nem o projeto governamental e muito menos a busca por outra fonte de

matéria-prima por parte da companhia de capital misto trouxeram reais soluções para os desempregados do município de Lucena. Os interlocutores da pesquisa, que trabalharam naquela atividade baleeira, relatam que a proibição da caça de baleias os fizeram retornar a uma situação de pobreza, a penúria se apresenta em nossa pesquisa como uma memória compartilhada por aqueles que participaram do auge e do declínio da atividade baleeira na Paraíba.

[...] a partir de maio de 1987, uma campanha a favor de uma suspensão compreensiva e permanente da caça de baleias em águas brasileiras (aprovada mais tarde naquele ano), e conduzida de maneira muito profissional, acabou com qualquer esperança remanescente que a COPESBRA tivesse para seu futuro em Costinha. [...] Nesse período a empresa aproveitou das instalações modernas de refrigeração em Costinha para comercializar lagosta (que eles capturavam), merluza da Argentina, peixes exóticos das Amazonas, e acerola, mas em 1992 a fábrica fechou os portões para sempre. (William, Hart 2014,:209-210).

A proibição da caça às baleias no final da década de 1980 e a crise em outros setores da economia local, fizeram com que os pescadores alocados hoje naquele município se voltassem para a pesca artesanal como “meio de vida”. A noção nativa de “meio de vida” está intrinsecamente relacionada com os processos sociais, estes que podem ser compreendidos através da análise das construções de redes de sociabilidades, do contato interétnico e das conformações de um tipo

técnico há muito tempo moldado e modificado pelos agentes financeiros e estatais que lidaram com a produção pesqueira apresentada naquele contexto. A COPESBRA oferecia uma renda fixa mensal, garantia que a pesca artesanal não proporciona. De acordo com os trabalhadores os contratos eram periódicos, nos meses que não estavam na empresa voltavam à pesca artesanal. Tinham uma jornada dentro da empresa baleeira que durava o “dia todo”, com intervalos de duas horas para descanso e alimentação.

De 1911 até 1985 a pesca artesanal e a caça da baleia coexistiam em Lucena. A população do município, entre pescadores e demais moradores, teve na caça da baleia uma importante fonte de renda estável. Essa estabilidade era um fator positivo que se diferenciava da instabilidade financeira inerente à pesca artesanal. Os pescadores trabalhavam em diversas funções e setores, a exemplo da charqueada, como cozinheiros, carpinteiros, motoristas, dentre outros. Depois da proibição nacional da caça à baleia na década de 1980, os pescadores que trabalhavam na COPESBRA voltaram a viver somente da pesca artesanal. (Medeiros Silva 2012:39).

A parcela da população mais afetada fora de fato os pescadores do município. É preciso ressaltar que os movimentos ambientalistas que alçaram a promulgação da Lei Nº 7.643, em 18 de dezembro de 1987, que proibia a pesca ou qualquer forma de molestamento intencional, de toda espécie de cetáceo nas águas jurisdicionais brasileiras, abriram outros caminhos para Lucena. Um desses caminhos foi aberto pela Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e o

Desenvolvimento realizada em 1992 na cidade do Rio de Janeiro, denominada também como o ECO-92, ou RIO-92, que trouxe um projeto promovido pela organização não-governamental World Vision para a comunidade de Costinha. Naquela localidade a ONG organizou ações de 1993 até 1996. A empreitada tinha financiamento do governo britânico, pela então Overseas Development Administration, e tinha como objetivo dar suporte à Associação de Pescadores de Costinha (fundada em 1994). O fundo estrangeiro ajudou a consertar os barcos pesqueiros, provisão de armazenamento refrigerado e fortaleceu uma cooperativa através da associação local.

Vários estudos têm apontado que Lucena apresenta ao longo dos anos a permanência de uma de mão-de-obra que se especializou com a intervenção de redes corporativas, governamentais e não-governamentais. A pesca artesanal naquela localidade, especialmente nas colônias Z-19, em Costinha e a Z-5, localizada na costa marítima urbana do município, foi atravessada por variados processos econômicos, sociais e políticos. As redes sociotécnicas podem revelar as contingências, a ocupação territorial e marítima por estes sujeitos. Avançar em mar aberto, numa distância de mais de 30 metros, foi feito pela empreitada japonesa em busca de baleias naquele litoral. Este tipo de conhecimento territorial se acumulou no perfil técnico de alguns pequenos grupos familiares de pescadores que dominam a técnica de pesca em jangada. A relação familiar entre os pescadores mais do que conforma sentimento de pertença, mas também é um ato de identificação de múltiplos grupos.

Para Latour (2011), a sociedade é constituída de redes sociotécnicas. Em síntese uma rede é um complexo que interliga os humanos, os seus objetivos e todos os meios técnicos utilizados para atingir os seus objetivos. Na sua teoria, essas redes não transparecem com facilidade, cabe a reflexão sociológica atentar para seus efeitos e interconexões. O objeto não-humano não é subordinado aos humanos, ele também é um ator. Ao analisarmos numa perspectiva processual o contexto das redes sociotécnicas e os processos sociais implicados nas relações das atividades pesqueiras em Lucena é possível atentar para o

que Barnes (2010) denota como modelos analíticos. Tal perspectiva demonstra empiricamente a realidade dos contextos estudados. Este autor também toma nota que a diferenciação de redes fechadas e abertas na reflexão etnográfica são importantes para entender os papéis dos sujeitos e suas interações entre si.

Na construção do modelo, o fato empírico crucial é que toda pessoa real impinge em outra, ou entra em contato com várias outras pessoas. Isto inclui o fato de que, no modelo, as relações sociais correspondentes às conexões entre as pessoas não formam uma cadeia simples ou uma única estrela. Ao contrário, percebemos que se tentarmos representar o modelo em duas dimensões, estando marcados convenientemente os pontos nos quais as pessoas podem estar ligadas e que mostram as relações sociais, as linhas entrecruzam-se frequentemente, assim como formam, frequentemente também, circuitos fechados. O padrão resultante parece-se ligeiramente com uma malha intrincada e é chamado, apropriadamente, de rede. (Barbes 2010:165).

Outra contribuição importante que pode adensar esta reflexão é a análise de Elizabeth Bott (1976) sobre as redes sociais. Para Bott, o sentimento de vínculo é o laço para a compreensão do conceito de rede social, pois se encontra no elemento mínimo e íntimo das relações entre os indivíduos. É no nicho interpessoal que prevalecem os afetos dos sujeitos, composto pela família, a amizade, as relações de trabalho e as relações comunitárias ou/e de credo. As pessoas que compõem uma determinada rede social exercem funções de acordo com o contexto

sociocultural, com o tempo histórico, e as transições que se apresentam ao longo dos anos, seja um nascimento de um filho, uma aliança matrimonial ou a inserção em um grupo de trabalho.

O que queremos colocar aqui é que a intersecção dos saberes e moldes de aprendizagem que envolvem o universo pesquisado mostram relações sociais revestidas de conceitos e percepções de vida. Nesse sentido, retorno às reflexões proferidas por Bruno Latour, quando este realiza uma densa investigação filosófica para entender como grupos humanos se referiam aquilo que não eram eles mesmos, os não-humanos. Como dito anteriormente, este objeto não humano também é ator das relações sociais, com faculdades de agir e de agência. Nessa perspectiva, estudar não humanos, para além de objetos técnicos, é considerar que animais (baleias), objetos e dispositivos técnicos (navios, arpões, ganchos, foices e facas) tem sua própria narrativa. O encontro de humanos com não humanos é permeado por incertezas, dúvidas, imprevisibilidade, negociações, indecisões e decisões tal como a relação entre dois humanos.

A narrativa realizada pelos baleeiros revela como a ida para o alto mar é recheada dessas incertezas e tomadas de decisões, assim como transparece nessas descrições uma larga margem de manobras sociais nas relações entre o convés, a casa de máquinas e o arpoador. Quando os interlocutores da pesquisa relatam o processo de proibição da caça às baleias, por vezes referido como “pesca da baleia”, e como foram os embates com os “ecologistas” que “vieram até a COPESBRA protestar” muitos despontam que temiam pela perda dos empregos. Por vezes a pesquisadora indagou se estes “não tinham pena de matar as baleias”, os sujeitos da pesquisa diziam que não, “baleia era um peixe como qualquer outro”. A estratégia da companhia japonesa de se instalar em Lucena conseguiu aliar o perfil dos pescadores artesanais a lógica de distanciamento com o “peixe” servido para o mercado, outros funcionários oriundos de pequenas usinas açucareiras também conseguiram se alinhar a lógica de longas jornadas de corte na plataforma de Costinha. A construção deste perfil técnico só foi possível

porque os trabalhadores brasileiros envolvidos apresentavam um estoque cultural que se somava ao perfil técnico exigido pelo Nippon Reizo. Como descrevemos a vinda de profissionais de corte da carne dos cetáceos do Japão para o Brasil, foi um feito de sucesso, pois profissionalizou quase uma centena de trabalhadores locais.

O conceito de nicho, esboçado por Fredrik Barth (1956) também nos permite colocar em relevo a importância dos fatores ecológicos em relação à própria forma de distribuição de cultura. O nicho seria o lugar de um grupo, bem como seu ambiente total, e as respectivas relações com os recursos e seus competidores. Localizada no litoral norte da Paraíba, cortada pela foz do Rio Paraíba, Lucena, especialmente o distrito de Costinha local do encontro do mar com o largo Rio Paraíba, apresenta efeitos ecológicos específicos – mangue, maré, dragagens artificiais do Porto de Cabedelo, restinga – como também uma economia e organização social em torno da pesca e dos frutos do mar. A distribuição dos caracteres de cultura é o que mais nos importa aqui, o agenciamento frente a objetos e artefatos técnicos, pois estamos analisando a transação de saberes, que por diversas vezes entram em conflito, ou mesmo são aglutinados nas trajetórias individuais e coletivas.

Considerações Finais

Não proponho aqui, ou mesmo tenha constatado em campo que a lógica pesqueira dos sujeitos pesquisados se aparta em fino corte das lógicas do mercado capitalista. Entretanto, fica claro nos discursos dos interlocutores a pesca e a busca pelos recursos do mar que estes consideram a atividade como “meio de vida”, e que os empecilhos que se colocam para sua reprodução comprometem a existência material de muitas famílias. Nesse sentido, a espoliação dos recursos naturais tem várias facetas, e uma delas é da procura por uma prática baseada na “sustentabilidade”.

O exercício de dominação moderna e capitalista, com expansão e controle do conhecimento e exploração do meio ambiente que enxerga

na diversidade – no caso, econômica e cultural – um componente de resistência às suas lógicas. O que é possível destacar é a luta constitutiva sobre a natureza é ontológica e técnica, e a emancipação sob o mundo natural trata-se de uma busca que pode ser traduzida de diferentes formas. As diversas funções da Natureza (utilitarista, comercial, financeira, fiscal) enxergam a diversidade como problema, mas é exatamente o diverso, o distinto, o identitário que se torna pedra de toque na luta pelo “meio de vida” entre os pescadores de Lucena.

Atualmente alguns grupos de pescadores vêm articulando demandas políticas em torno da etnicidade e da preservação ambiental daquele ambiente costeiro. As propostas de projetos de “desenvolvimento local” se encontram em suspeição perante a essas coletividades, estas questionam a viabilidade e a contrapartida para a comunidade pesqueira. Um desses fronts de tensão envolve obras como o estaleiro de navios e a ponte que liga o distrito de Costinha à cidade de Cabedelo. A escolha de apresentação de reflexão e análise proposta neste artigo não se esgota por aqui, tendo ainda estas zonas de tensões e disputas locais para serem observadas e descritas. Entretanto, é possível apontar que a noção de desenvolvimento apresenta-se para o universo de pesquisa em questão como um fenômeno que causa dispersão, localização e conflito (Ferreira 2011). Determinadas políticas colocam certos grupos em zonas de disputas. Diante destes quadros os grupos pesquisados buscam direitos diferencialmente, através de sindicatos, associações e afins, sendo estes espaços constituídos a fim de garantir e permitir a reprodução de seus saberes e ofícios profissionais. É este cenário atual que os interlocutores da pesquisa enfrentam em suas jornadas cotidianas, aspectos ainda a serem demonstrados ao longo desta pesquisa.

Referências:

BARTH, F. 1956. “Las relaciones ecológicas de los grupo étnicos en

- Swat, Pakistão del Norte”. In: *American Anthropologist*, n.58, p. 1079-1089.
- BARTH, F. 2000. “O guru e o iniciador: transações de conhecimento e moldagem da cultura no sudeste da Ásia e na Melanésia”. In: BARTH, F. (compilação de Tomke Lask), *O guru, o iniciador e outras variações antropológicas*. Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria.
- BARNES, J. A. 2010. “Redes sociais e processo político”. In: Feldman-Bianco, B. *Antropologia das Sociedades Contemporâneas – Métodos*. São Paulo: Editora UNESP.
- BOTT, Elizabeth. 1976. *Famílias e redes sociais*. Rio de Janeiro: Francisco Alves.
- FERREIRA, Andrey Cordeiro. 2011. “Desenvolvimentismo, etnicidade e questão agrária”. *Estudos Sociedade e Agricultura*, Rio de Janeiro, ano 19, v. 1, p 1-30, abr.
- FILHO, Francisco Henrique Duarte. AGUIAR, José Otávio. 2012. “Os filhos do Mar: histórias da pesca da baleia a partir de depoimentos de trabalhadores remanescentes de Lucena-PB”. *R. IHGB*, Rio de Janeiro, a. 173 (456):97-28, jul./set.
- HARVEY, David. 1996. *The domination of nature and its discontents*. In; *Justice, nature and the geography of difference*. Blackwell Publishers.
- KISHIWADA, H. 2004. “A Pesca da Baleia no Brasil”. *The Institute of Cetacean Research*, Japão.
- LATOUR, Bruno. 2011. “Networks, Societies, Spheres – Reflections of an Actor Network Theorist”. In: **The International Journal of Communication special issue**. Vol 5, N. p. 796-810.
- MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. 2007. *A ideologia alemã: crítica da mais recente filosofia alemã em seus representantes Feuerbach, B, Bauer e Stirner, e do socialismo alemão em seus diferentes profetas*. São Paulo, Boitempo.
- MAYER, Adrian C. 2010. “A importância dos quase grupos do estudo

- das sociedades complexas”. In: FELDMAN BIANCO, B. Antropologia das Sociedades Contemporâneas – Métodos. São Paulo: Editora UNESP, 2010. pp. 139-170.
- MEDEIROS SILVA, S. 2012 Pesca Artesanal: a história, a cultura, e os (des)caminhos em Lucena-PB. UFPB.
- WELLS, Gustavo B.; ARCE, Alberto; FISHER, Eleanor. 2016. “Intersubjetividad y domesticación en el devenir de una región global: territorialización del salmón en la Patagonia chilena”. Íconos – Revista de Ciencias Sociales, n. 54, Quito, enero. p. 125-145.
- WILLIAM, E. HART, I. 2014. A História da caça das baleias no Brasil: de peixe real a iguaria japonesa. Barueri-SP, DISAL.

Harpoon, nets and overboard Workers: notes on memory, knowledge and conflicts around whaling in Paraíba.

Abstract: This paper presents the social processes that involve fishing activities in the municipality of Lucena, on the coast of Paraíba. To this end, I highlight some socio-historical periods that shaped the jobs of workers who deal with the maritime resources that exist there. In this scenario, whale predation and artisanal fishing have been presented as seasonal and almost complementary activities for many years. The workers who launched themselves into the sea and those who stayed on land, cutting and shredding the cetaceans in Costinha, dealt with operative patterns that rearranged social relations in that context. An analysis of the peak and the decline of whaling activity can point out how certain economic processes cross and mark the trajectories of the human groups involved. The division of labor and the technical processes seized by the whaling industry have to some extent shaped identities and multiple social rhetoric.

Keywords: Social Processes. Whaling activity. Artisanal Fishing.

Recebido em abril de 2022
Aprovado em Dezembro 2023